

Autópsia equivocada, prescrição errada

Marcelo de Paiva Abreu*

É bem antiga a contribuição intelectual da medicina à economia política. Sir Alec Cairncross, na introdução do seu manual de economia dos anos sessenta, insistia nas semelhanças entre economia e medicina, ambas misturas de “conhecimento imperfeito, com base em análises superficiais, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e de expansão de exportações, sabedoria popular, jargão obscuro e análise científica.” Muitos dos grandes nomes nos primórdios da consolidação da economia política, nos séculos XVII e XVIII, eram médicos: William Petty, John Locke, François Quesnay. Em *The Economics of Physiocracy*, Ronald Meek sugere um paralelo estreito entre as idéias do fisiocrata Quesnay (1694-1774) e a medicina. Curar um paciente requer conhecimentos de fisiologia. Curar a sociedade requer o conhecimento da fisiologia da ordem social e, primordialmente, da ordem econômica. Compreender as leis e regularidades econômicas é essencial para curar as doenças da sociedade.

Nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, os pacientes, economias com “finanças avariadas”, como o Brasil, foram repartidos entre *money doctors* britânicos e norte-americanos. Depois, as menos prestigiosas juntas médicas do FMI tornaram-se freqüentes. Mas os *money doctors* não desapareceram. Recentemente, um dos mais renomados *money doctors* da história recente, Jeffrey Sachs, retomou a comparação entre economia e medicina, em artigo superficial sobre o Brasil, com direito a juramento hipocrático no título: “Brazil Fever. First, do no harm”, *The Milliken Institute Review*, Second Quarter, 1999. O artigo me fez lembrar a história de um amigo brasileiro em Londres, no final dos anos sessenta. Visitando uma requintada loja especializada em chá, deliciava-se em animado colóquio com o vendedor chinês, trocando idéias sobre tipos de chá e formas de tomá-los, até que revelou que tomava chá com açúcar. O vendedor simplesmente virou as costas e deixou-o falando sozinho. Banquei o chinês londrino e parei imediatamente de ler o artigo de Sachs quando encontrei, como tentativa de explicação séria, que “nos anos cinquenta e sessenta esgotou-se a sorte do Brasil.” Creio que com mais razão do que o chinês, pois não se trata de agressão a gosto, mas a fatos.

Ter conhecimento da história clínica do paciente, seja ele pessoa ou nação, é condição necessária, embora não suficiente, para que sejam recomendados tratamentos eficazes contra a doença. A avaliação dos erros passados contribui para aumentar a compreensão da natureza das dificuldades enfrentadas no presente. Mas é essencial que esta avaliação seja correta, pois se isto não ocorrer o tratamento dificilmente será coroado de êxito. O artigo de Sachs é um exemplo radical das dificuldades que podem ser geradas por um conhecimento perfunctório do histórico do paciente, problema clássico enfrentado pelo *money doctor* em todos os tempos.

O mesmo problema afeta contribuições bem mais sérias à tentativa de entendimento da experiência econômica recente da América Latina, inclusive do Brasil. Em artigo recente neste jornal (“A valiosa herança da economia mista”, 6.8.2000), Dani Rodrik, da Kennedy School de Harvard, tratou de resgatar parcialmente o modelo de substituição

de importações, sublinhando os bons resultados alcançados até a década de setenta pela economia brasileira em termos de crescimento econômico quando comparada a outras economias, inclusive as asiáticas. Segundo Rodrik, o que levou a economia brasileira a enfrentar dificuldades foi a incapacidade de ajustar as suas políticas macroeconômicas ao choque externo e não as políticas de substituição de importações. Conclui que “os benefícios da abertura comercial não deveriam ser tão exacerbados”.

A associação simplista de liberalismo econômico com crescimento econômico rápido, sem qualquer preocupação quanto a outros condicionantes, deve, de fato, ser questionada. Muitos exemplos de industrialização bem sucedida calcaram-se inicialmente na manutenção de tarifas de importação altas, embora em geral a proteção tenha sido reduzida gradativamente. No caso do Brasil, *market maker* cafeeiro, em particular, pelo menos parte dos efeitos indesejáveis da proteção alta era transferida ao exterior via preços mais altos de café. De fato, poucos discutiriam o espetacular sucesso do modelo de substituição no Brasil até pelo menos o início da década de sessenta.

Mas aceitar a sugestão do autor de que a “política de substituição de importações” adotada no Brasil até meados da década de oitenta possa ser avaliada de forma independente da incapacidade da política macroeconômica de responder aos choques externos pós-1973 é uma interpretação equivocada que não encontra respaldo nos fatos. Será que o uso maciço de renúncias e isenções fiscais e a concessão de favores creditícios em benefício de setores que a burocracia governamental julgava promissores não teve conseqüências fiscais relevantes? Além disto, a proteção aos bens de capital produzidos internamente foi importante para o encarecimento do investimento. Isto se somou ao efeito da protelação dos investimentos acarretada por restrições macroeconômicas. Em um período em que o produto per capita ficou estagnado, a formação bruta de capital fixo manteve-se acima de 17% do PIB.

A partir dos anos setenta deteriorou-se significativamente a qualidade do processo decisório do Estado brasileiro. O Estado que escolheu os setores pretensamente vencedores era o mesmo Estado que tomava decisões quanto à limitação da correção monetária a 20% quando o patamar inflacionário de 100%, rumo aos 500% e mais. O mesmo Estado que se meteu na aventura nuclear, na Ferrovia do Aço, e em outros projetos desastrosos. E também o que se mostrou, durante um longo período, incapaz de resolver os problemas estruturais de financiamento do setor público. Entusiasmos excessivos com a Embraer devem ser moderados pela lembrança de todas as iniciativas similares que redundaram em fracasso. Não é aceitável avaliar políticas com base apenas nos casos bem sucedidos.

A malograda tentativa de resgatar as políticas intervencionistas parece, também, desconhecer a verdadeira extensão da liberalização no Brasil, bem mais limitada do que o suposto. Ou será que tarifas de importação de até 35% são consideradas aceitáveis? A evidência sobre o caso brasileiro precisa ser melhor estudada pelos peritos internacionais. Tanto no que diz respeito ao bom desempenho da economia até a década de setenta, com base em políticas intervencionistas, quanto ao esgotamento de tais políticas e sua relação com a pífia resposta macroeconômica aos choques externos, especialmente pós-1979.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.